



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETO Nº 4.312 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.023

DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS AFETADAS PELAS FORTES TEMPESTADES, PRATICAMENTE DIÁRIAS, QUE ATINGIRAM GUARIBA, COM MAIOR INTENSIDADE NO MÊS DE JANEIRO E PRIMEIRA QUINZENA DE FEVEREIRO DE 2023, ATINGINDO VOLUMES MUITO ACIMA DA MÉDIA PARA A ÉPOCA DE VERÃO, PROVOCANDO INÚMEROS DANOS E ESTRAGOS EM VÁRIOS PONTOS DA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Celso Antônio Romano, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o **artigo 73, incisos IX e XXVIII, da Lei Orgânica do Município**, com fundamento no **inciso IV, do artigo 24, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993**, e nos termos do **artigo 8º, inciso VI, da Lei federal nº 12.608, 10 de abril de 2012...**

Considerando que o fenômeno “la ninã” está provocando chuvas fortíssimas e diárias, como não se via ao longo de décadas, com volumes de água surpreendentes, como registram os índices pluviométricos nos últimos meses de 2022: novembro (224,70 milímetros) e dezembro (244,60 milímetros), e em janeiro de 2023 (387,40 milímetros), com temporais e vendavais muito intensos, causando inúmeros danos e estragos em diversos locais da cidade, provocando sérios transtornos não só à população como à própria Administração Pública, que está tomando medidas urgentes e imediatas para restabelecer a normalidade e a tranquilidade, depois dos desastres naturais;

Considerando que a anormalidade da situação exige da Administração uma resposta e intervenção mais rápida, na tentativa de solucionar os graves problemas dos danos e estragos verificados em diversos pontos da cidade, sobretudo, o Gabião no canal do leito do Córrego Guariba, na altura da ponte da Avenida Dr. Sobral Neto, e na Avenida Dilson Laurindo, na altura do bairro Residencial Bela Vista, com o propósito de evitar os entraves burocráticos dos procedimentos legais de compra de bens ou contratos de serviços necessários ao pronto atendimento da situação emergencial, para que sejam adotadas as medidas necessárias, enquanto que, esses vários danos materiais, ambientais e prejuízos socioeconômicos ocasionados pelos desastres naturais e apontados em relatório circunstanciado, induziram a Coordenadoria da Defesa Civil a se manifestar favoravelmente à declaração de situação de emergência.....

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada situação de emergência no Município de Guariba, nas áreas especificadas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, e demais documentos anexos a este decreto, em virtude do desastre ocorrido durante vários dias no mês de janeiro e na primeira quinzena de fevereiro de 2023, classificado pela **Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE**, como sendo de chuvas intensas: **1.3.2.1.4**, e de vendavais: **1.3.2.1.5**, conforme **Instrução Normativa nº 2, de 20/12/2016, do Ministério da Integração Nacional**, que afetaram diversas áreas da cidade, causando profundos danos e estragos em vários pontos da cidade, principalmente:

I - rompimento do Gabião na altura da ponte sobre o Córrego Guariba, na Avenida Dr. Sobral Neto, que liga o centro da cidade aos bairros Jardim Irajá, Vila Amorim, Vila Rocca e Residencial Nova Rocca;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

II – entroncamento e dissipador em vários pontos da Avenida Dilson Laurindo, na altura do bairro Residencial Bela Vista;

III – deslizamento de massa e de terra nas encostas da Avenida Dilson Laurindo, na altura do bairro Residencial Bela Vista;

IV – ponto de ligação entre os bairros do Residencial Bela Vista e Residencial Mangolini;

V - outros locais que estão sendo registrados e avaliados pela Coordenadoria da Defesa Civil.

Artigo 2º - Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria da Defesa Civil, dentre os quais a Comissão Municipal de Defesa Civil e as Secretarias Municipais de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil; de Planejamento, Obras e Serviços Públicos; de Meio Ambiente; e de Desenvolvimento Social, nas ações de resposta aos desastres naturais e à reabilitação do cenário urbano e de sua reconstrução.

Artigo 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta aos desastres naturais, na medida em que houver necessidade, inclusive, a contratação direta de prestadores de serviços para a limpeza e remoção de entulhos acumulados pelas fortes enxurradas, para eventual desobstrução de vias públicas, desde que o preço ajustado seja compatível com o praticado no mercado, mediante pesquisas prévias.

Artigo 4º - Caso haja necessidade de relevante interesse público, devidamente justificada, as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil poderão tomar as medidas estabelecidas nos *incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal*, assim como a iniciar processo de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres, nos termos do *art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941*.

Artigo 5º - Com base no *inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993*, sem prejuízo das restrições da *Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000)*, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação de contratos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo e tendo em vista a necessidade imediata e urgente de compra direta de massa asfáltica fria, que não estrague caso haja nova incidência de chuvas, ao contrário da massa asfáltica quente, deverá ser instruído processo de dispensa de licitação com os elementos indicados pelo *artigo 26 e parágrafo único, da Lei federal nº 8.666, de 1993*, com a redação dada pela *Lei federal nº 11.107, de 2005*, dentre os quais:

I - a publicação na imprensa oficial para atender à condição de eficácia do ato de ratificação da dispensa pela autoridade superior competente;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

II - a caracterização da situação emergencial que justifique a dispensa;

III - as justificativas do menor preço, mediante documentadas pesquisas prévias de mercado de bens e serviços, com o mínimo de três cotações obtidas junto a empresas devidamente qualificadas do ramo pertinente ao objeto da compra ou contratação;

IV - as razões da escolha da empresa fornecedora de bens ou executante dos serviços emergenciais.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual do Município, no exercício financeiro de 2023, suplementadas se houver necessidade, na forma da legislação em vigor.

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE!

Guariba, 15 de fevereiro de 2023.


CELSON ANTÔNIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, e publicado, tanto por afixação no local de costume na sede executiva da Prefeitura, na mesma data, quanto por inserção na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, para efeito de dar cumprimento ao disposto no artigo 90, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública